



MANIFESTO

AO POVO GOIANO

PELOS DEPUTADOS

*Willmar Guimarães
e Felix de Moura*

Síntese histórica da formação da U. D. N. de Goiás — Motivos do rompimento com a direção estadual do partido — Retirada da Coligação — Para que a U. D. N. retorne aos seus grandes destinos.



Manifesto ao Povo
Goiano

PELOS DEPUTADOS

WILLMAR GUIMARÃES
E FELIX DE MOURA

Brigadeiro da Libertação



Tte. Brigadeiro EDUARDO GOMES

Sentinela da Democracia brasileira. O homem predestinado que surge como redentora esperança nas horas trágicas do País.

"O preço da liberdade é a eterna vigilância"

Senador do Povo



Senador Alfredo Nasser

Grande esperança do povo goiano. — Campeão da Democracia. Um passado limpo e uma existência a serviço da coletividade.

(W. G.)

HOMENAGEM A
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIAZ

Bancada da U. D. N.

DEPUTADOS

José Mendonça
José Camilo de Oliveira
José Gumerindo Marquez Otéro
Ruy Brasil Cavalcante
José Fleury
Francisco de Brito
Urquiza de Brito
Diogenes Dolival Sampaio

Bancada do Partido Social Democrático

DEPUTADOS

Taciano Gomes de Melo
Vital Pereira Cabral
José de Souza Porto
Alberto Pinto Coelho
Benedito de Araujo Melo
Benedito Vaz
Domingos Jacinto Pinheiro
Gerson de Castro Costa
Getulino Artiaga
Joaquim Gomes Filho
José Peixoto da Silveira
Misach Ferreira Junior
Rafael Arcanjo do Nascimento
Serafim de Carvalho
Wison da Paixão

Bancada do Partido Comunista do Brasil

DEPUTADOS

Abrão Isaac Neto
Paulo Alves da Costa

Bancada da Coligação

DEPUTADOS

José Hercilio Fleury Curado
Ary Frauzino
Plino Jaime
Joaquim Gilberto
Joviano Ribeiro

Dr. CESAR BASTOS



Político idealista e de alta visão. Padrão de honestidade, lealdade e decência. Uma das grandes reservas morais da atual geração.

(F. M.)

HOMENAGEM ESPECIAL AOS PIONEIROS DA U. D. N. DE GOIAZ

Salomão Clementino de Faria
José Décio Filho
José Honorato da Silva e Souza
Ernani Cabral
Arlindo Carábso
João Luiz de Oliveira
Arnaldo de Moraes Sarmento
José Carneiro
Levertino Leão Sobrinho
Odon Rodrigues de Moraes
Gerado de Oliveira Ney
Manoel Demosthenes
Newton Albernaz
Oswaldo Gomes de Almeida Filho
Waltrudes Cunha
Rufino Rodrigues Bispo
José Rodrigues Naves Junior
Efraim de Moraes
Clementino Coelho
José Abib Tobias
José Fernandes Peixoto
Josino Bretas Sobrinho
João Teixeira Alvares Junior
Sebastião Dante de Camargo Junior
José da Costa Paranhos
Francisco Aires
José Camilo de Oliveira
João Mendonça
Dimas de Paiva
José Neto Carneiro
Enevenuto de Queiroz
Cândido Aires
Sebastião Vieira
Francisco Evaristo de Oliveira
João Ramos
Jerônimo José de Campos Fleury
Curado
João Augusto Perilo
Nicanor de Faria
Antônio Barbosa
Deocleciano Nunes
Geminiano Carneiro de Mendonça
José Pereira Zeka
Francisco de Brito
Paulo Malheiros
João Augusto de Melo Rosa
Antônio Lisboa Machado
Miguel Arcanjo do Nascimento
Antônio Mendonça de Sena
Mário de Mendonça Ribeiro
Darci Marinho
Inácio de Melo
Fuad Nasser
Manoel Francisco Vilela
José Luiz Galvão
Geraldo Magella
Francisco da Cunha Bastos
Maria Elena Paranhos
Domingos Landó
Aby de Macêdo Menezes
Quintino de Castro
Delcídes Pereira
Josefina Teles de Brito
Américo Mota Gonçalves
Luiz Angelo Milazzo
Alfeu Rodrigues da Cunha
Américo Carneiro de Mendonça
Almiro Rodrigues de Moraes
Clodoveu Leão de Almeida
Manoel Aires
Gois Moreira
João Lima
Anaximandro Borges
Joaquim Corrêa Leite
José Maria do Nascimento Junior
João Guerra
Joaquim de Sena e Silva
José Benjamin
Francisco de Souza Lôbo
Océlon Monteiro Guimarães
França Gontijo
José Pedro de Faria
José Pereira de Resende
Flávio Vilela
Benedito Pinheiro de Abreu
Rodovalho Roriz
Newton Maranhão de Azevedo
Cornélio Gonzaga Jaime
Noêmia Honorato da Silva e Souza
Alvaro da Silva e Souza
Abel Pereira de Castro
Aida Jaime
Eurico Pais Lemes
Fileto Inácio da Silveira
Natalício de Carvalho
Francisco Macêdo Camarano
João Batista Gomes
José Edson Felix de Souza
José da Silva Chaves
Francisco de Moura Bastos

HOMENAGEM PÓSTUMA



JESULINO MALHEIROS
(Gigi)

Uma vida em holocausto à causa da redemocratização de Goiaz. Enfileirou-se à U. D. N. desde o seu início.

Dolorosa e sentida perda para os quadros udenistas da heróica cidade de Formosa. —

(W. G.)

Preliminares

Nossa atitude na Assembléia Legislativa, em face da eleição do Vive-Governador, já em parte é do conhecimento público.

Entretanto, há certos detalhes que julgamos necessários serem expostos, em um manifesto aos goianos, especialmente aos udenistas, afim de que fique bem esclarecida a opinião pública, evitando-se explorações tendenciosas.

Os fatos que pretendemos aquí demonstrar têm sua origem nos acontecimentos políticos de Goiaz e foram êles que, com sua sequênciã criaram em nosso espirito a convicção de continuarmos emprestando nossa colaboração ao governo e à direção da U. D. N. seria trair a confiança do povo de nosso Estado e disvirtuar os principios básicos do partido, criados e sustentados pelo idealismo são do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Feitas estas considerações passemos a analisar fria e concisamente aqueles fatos.

Antes, porém, examinaremos os motivos que determinaram a formação e desenvolvimento da U. D. N. em Goiaz.

Introdução

I — Lutas Subterrâneas

Achava-se o paiz no apogeu do Estado Novo, e o mundo todo conflagrado pela segunda Grande Guerra.

Os navios da frota mercantil brasileira iam sendo afundados em nossas próprias águas pelos submarinos alemães.

A criminosa audácia dos nazistas havia chegado ao ápice da intolerancia, com a série de atentados à nossa soberania, no covarde afundamento de embarcações inermes e pacificas.

Um amplo movimento de reação cívica saiu das Universidades para as ruas, tendo à frente os acadêmicos de direito. O povo brasileiro compareceu em massa às praças públicas e foi exigido o estado de guerra entre o Brasil e as nações do Eixo.

No preparo do ambiente para que o paiz revidasse à afronta germânica, é mister destacar em nosso Estado, a valiosa contribuição dos alunos da Faculdade de Direito de Goiaz.

As Faculdades de Direito são centro de civismo onde se aprimora o culto às instituições democráticas, às liberdades públicas em suma, e se retempera o amor à Pátria. A de Goiás não desmentiu essa tradição. Os seus alunos, no ról dos quais nos incluímos, saíram às ruas concitando o povo a marchar com êles na grande jornada de desafronta que empolgava toda a nação ferida em seus brios, ultrajada em sua dignidade.

Nos memoráveis comícios que se levaram a efeito já se observava a irrefreável insatisfação do povo ao regime estadonovista.

Nesses comícios, entre outros, aproveitávamos do ensejo para censurar o vergonhoso estado de cousas originárias do regime fascista que nos desgovernava e propugnávamos pela volta do Brasil à comunhão das nações livres.

A's escondidas ou às claras, na escuridão das noites ou sob a luz do sol, longe ou perto dos olhos policiais, nas vistas ou distanciados do DIP, fazíamos a pregação de repúdio ao regime vigente.

Os comunicados da "Sociedade dos Amigos da América" e do "Club 5 de de Julho" eram por nós distribuídos, e o povo os recebia como dádivas de precioso valor.

Nos exames escritos de Direito Constitucional consignávamos nosso protesto à portaria fascista de 10 de Novembro de 37. No jornal "O Academico" defendíamos a democracia (dada como falida pelos corifeus do Estado Novo) e atacávamos o regime que criou o câmbio-negro, as filas e a malfadada Coordenação.

O célebre "Manifesto dos Mineiros" surgido em 24 de Outubro de 1943 foi por nós fartamente distribuído, em cópias datilografadas, por todo o interior do Estado. Calou profundamente no espirito dos goianos a revolucionária declaração daqueles bravos mineiros.

Pessoalmente, divulgávamos as cartas de Monteiro Lobato, os manifestos de Armando Sales enviados de Buenos Aires e toda a correspondência dos exilados brasileiros que animava o povo a lutar contra a ditadura de Getúlio Vargas.

Daí, então, passamos a manter estreita ligação com os líderes nacionais no movimento subterrâneo de libertação, no qual se aprofundam as raízes da União Democrática Nacional.

Depois da histórica entrevista do sr. José Américo, concedida a 22 de Fevereiro de 1945, ao "Correio da Manhã", abriram-se as comportas e nada deteve o turbilhão das águas que cobriram todo o território nacional. E a opinião pública abafada há quinze anos explodiu desabridamente abalando os alicerces em que se assentava o Estado Novo. Em 27 de Fevereiro do mesmo ano, o ex-deputado federal, Dr. Cesar da Cunha Bastos dava ao "Correio da Manhã" a seguinte entrevista:

"As aspirações do povo brasileiro são para uma rápida volta ao regime legal em bases democráticas. Nós reivindicamos o direito de intervir na vida política do país e repudiamos a liberdade que só concede as funções animais que é incompatível com a dignidade do homem.

Direitos comezinhos foram negados aos brasileiros e presenciámos um regime político de arbitrio que não se justificou nem histórica nem economicamente.

Historicamente, a tradição política é democrática; economicamente o arbitrio redundou da anarquia, na produção, no desmantelamento de todas as fontes da economia para dar lugar ao regime da especulação e do golpe por pessoas sem escrúpulos, em detrimento do trabalhador honesto.

Estou certo de que as populações goianas sufragarão

o nome do brigadeiro Eduardo Gomes, que representa uma tradição de caráter e inteireza moral. Urge a formação de um partido nacional que conjugue os elementos consciences e honestos do paiz e que deram demonstração de serem roalmente amantes da liberdade."

Cinco dias depois ou seja a 2 de Março, juntamente com os academicos José Godoy Garcia e José Décio Filho, publicavamos um violento manifesto contra o ditador Vargas, intitulado "Contra o Ato Adicional" no qual lançavamos no Estado a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, sob a égide da União Democrática Nacional, manifesto êsse, que repercutiu intensamente na opinião pública. Prometemos ao povo um jornal revolucionário com o título de "Goiaz Livre."

No dia 9 de Março, as figuras mais representativas da heróica cidade de Anápolis reunindo-se para estudar a situação politica do paiz, lançaram um manifesto substanciando nos quatro pontos principais seguintes: 1º — empregarmos todos os esforços ao nosso alcance para a volta do paiz ao regime constitucional; 2º — para evitar dispersão, o que traria enfraquecimento, não assumirmos compromissos politicos isoladamente; 3º — não apoiarmos candidatos a cargo de administração antes de conhecermos seus programas; 4º — sendo Anápolis o maior centro industrial e comercial do Estado e um dos maiores collegios eleitorais, deverá ter papel preponderante na escolha de candidatos às presidencias da República e do Estado, e para outros cargos eletivos. Aliás, êsse é o pensamento de diversos representantes autorizados do Norte do Estado."

O jornal "O Anápolis", do mesmo mez e ano, inseria em sua última página a sugestiva manchete: "Não apoiamos qualquer candidato do governo", divulgando a seguir

os pormenores da histórica reunião.

No Rio o sr. Domingos Velasco fazia publicar no "Correio da Manhã", de 10 de Março, uma proclamação convidando os goianos à luta. Em 17 de Março, fundávamos em Goiânia a primeira comissão provisória da União Democrática Nacional. No dia 19 saía a lume o anúncio do jornal "Goiaz Livre."

Feito com as maiores dificuldades, debaixo do assaolho de uma velha tipografia em Anápolis, teve imediatamente parte de sua edição apreendida pela policia. A delegacia de Ordem Política e Social achou demasiadamente revolucionários os termos da matéria expendida em suas colunas, e nos denunciou ao Tribunal de Segurança, em tres processos distintos.

Já o povo goiano em peso se levantava na participação da pejeja que abertamente se iniciava.

Goiânia, 1º de Agosto de 1947.

Wilmar Guimarães

II — U. D. N. DE GOIAZ

Formação

Como em todo paiz, mesmo no periodo mais negro da ditadura, vivia em Goiaz, subjugada e inconformada, uma resistência democrática que por todos os meios lutava contra a máquina governamental que oprimia as mais justas aspirações de liberdade do povo goiano.

Não seria extranhavel que, em ressonância com os demais Estados, Goiaz se incorporasse ao movimento de recuperação das liberdades públicas. O éco da entrevista

José Américo repercutiu profundamente em nosso Estado, daí a formação da Comissão Provisória da União Democrática Nacional, em 17 de Março de 1945, fundada por iniciativa do primeiro signatário dêste e dos senhores Salomão Clementino de Faria, Domingos Velasco, José Dêcio Filho, José Godoy Garcia, que obteve o apôio dos senhores Prof. José Horonato da Silva e Souza, Ernani Cabral, Manoel Demóstenes, Walmir de Alencar, Newton Albernaz, Osvaldo Gomes de Almeida Filho, Alexandre Gabriel, Waltrudes Cunha, José Carneiro e outros. Formada a Comissão, foram dados poderes aos senhores Domingos Velasco e Cesar Bastos para representá-la na organização nacional do partido no Rio.

A Comissão Provisória de Goiânia, entrou desde logo em contáto com todos os municípios do Estado e sub-comissões foram formadas nas cidades de Anápolis, Formosa, Rio Verde, Morrinhos, Itumbiara, Buriti Alegre e Goiatuba. As atividades dessa comissão agitaram a opinião pública do Estado, motivando uma imediata reação dos detentores do poder, que procuraram amparo nas classes liberais, dando motivo a uma série de moções de apôio, na qual salientou-se a dos médicos de Goiânia, que, contou com a valiosa assinatura do sr. Dr. José Fleuri, atual secretário da U. D. N.

Paralela à reação do Governo e ao movimento democrático que se esboçava no Estado, sem ambição do Poder, mas tão somente com o intuito de reformar os nossos costumes políticos e trabalhar pela restauração da ordem legal, um grupo de antigos políticos, que tinha por precipuo objetivo a queda do sr. Pedro Ludovico, grupo êsse composto dos srs. Brasil Ramos Caiado, Alfredo Lopes de Moraes, João Afonso Borges, Jales Machado, Nero de Macêdo e outros, apoiado no sr. Silvio de Campos e por

intermédio do General Eurico Dutra, então Ministro da Guerra, tentava a substituição do Interventor, condicionada ao apoio ao sr. Getulio Vargas, sendo seus candidatos à interventoria o Major Eduardo Augusto de Bastos e Otaviano de Paiva.

Por sua vez, o sr. Antonio Ramos Caiado, apesar de dizer-se integrado no movimento democrático que se processava, já então na fase de organização das comissões municipais, não deixava de manter contáto com seu irmão Brasil Caiado, na Capital da República, em confabulação com o sr. Agamenon Magalhães, na esperança de encontrar um caminho mais curto que demandasse ao Palácio das Esmeraldas.

Organizada a Comissão Provisória da U. D. N. de Goiaz, da qual não quizeram participar os srs. Alfredo de Moraes e outros, já repelidas as pretensões desse grupo pelo sr. Getulio Vargas, convocou-se a Convenção de Anápolis para 14 de Julho de 1945.

III — PRIMEIRA CONVENÇÃO DA U. D. N.

Realizou-se com exito a Convenção e o povo começou a crêr nas organizações partidárias com um programa traçado e a ser cumprido pelos candidatos que sob a legenda da U. D. N. conseguissem galgar postos eletivos.

A Convenção de Anápolis, no terreno prático da politica, deu resultado à formação de diretorios em quasi todos os municípios do Estado. Salientando-se nêsse trabalho os srs. Domingos Velasco, Cesar Bastos, Zaqueu Crispim, os signatários dêste, Ernani Cabral, José Carneiro, Arnaldo Sarmiento e mais tarde, Levertino Leão Sobrinho e Salomão de Faria.

Nessa Convenção a ala reacionária quiz fazer pre-

valecer seus princípios, sendo, contudo, repelida em toda linha pelos convencionais.

IV — CONCENTRAÇÃO DE UBERLÂNDIA

Com a presença do Brigadeiro Eduardo Gomes candidato à presidência da República, realizou-se a 14 de Outubro de 1945, Em Uberlândia, a grande concentração política da U. D. N. Nessa oportunidade o Directorio Estadual de Goiaz organizou, ali, as chapas de deputados federais e senadores. O processo pelo qual foram escolhidos êsses candidatos não se revestiu das formalidades estatutárias. O que vale dizer, em nada recomendável. Todavia, tendo em vista as circunstâncias do momento, êle foi tolerado.

V — 29 DE OUTUBRO DE 1945

As Forças Armadas, interpretando legitimo sentimento do povo brasileiro, uniram-se patrioticamente e depuzeram o ditador Vargas e seus representantes. Embora houvesse caído o procurador de Vargas no Estado, continuou o povo goiano sob o rôlo compressor da máquina estadonovista.

A U. D. N. que vinha mantendo uma campanha intensa e empolgante deixou afrouxar o seu ritmo, talvez convencida de uma vitória certa, cousa que realmente era de se esperar frente à determinação que o povo havia tomado.

A direção partidária não esteve à altura dos acontecimentos, permitindo que houvesse o desfalecimento da luta, e não tomando qualquer medida ou providências no sentido de manter a intensidade da campanha. Daí poder-

mos afirmar que, até certo ponto, o golpe de 29 de Outubro foi nocivo aos interesses da U. D. N. de Goiaz. Assumiu o governo de Goiaz o desembargador Eládio de Amorim, um dos mais integros e honrados representantes da Justiça em nosso Estado. Sua Excia. soube conduzir os assuntos da Interventoria com rara felicidade, ficando inteiramente alheio às competições partidárias em que se envolvia o Estado. Dentro da relatividade das cousas, fez um governo justo e equilibrado. Governou como juiz. Todavia, a máquina eleitoral, previamente montada, continuou funcionando, sem solução de continuidade.

VI — ELEIÇÕES DE 2 DE DEZEMBRO

Certos da vitória foi nos encontrar o 2 de Dezembro. O ambicionado triunfo não apareceu. Verificou-se a corrida de candidatos; os mais espertos venceram. Mau grado o esmorecimento da luta em consequência do 29 de Outubro, a U. D. N. de Goiaz levou às urnas quasi trinta e dois mil eleitores, só não conseguindo eleger três deputados em virtude do dispositivo da lei eleitoral que absorvia as sobras partidárias em favor da legenda majoritária. Merece especial referênciã o fãto de o sr. Jales Machado de Siqueira, que apesar de candidato a deputado federal, indicado em Uberlandia, por uma corrente anti-democrática que então já se fazia sentir no seio do partido, só ter aparecido em Goiaz, às vésperas do pleito, a serviço exclusivo de sua própria candidatura.

Adotando a velha praxe da deslealdade politica, nos dias que antecederam as eleições de 2 de Dezembro, o sr. Antonio Ramos Caiado, membro da Comissão Executiva, telegrafou a diversos municipios, indicando como candidatos daquelas zonas os srs. Jales Machado e Manoel De-

mostenes, prejudicando os demais candidatos e com flagrante desrespeito à linha de conduta traçada pelo partido.

Vencido nas urnas o Brigadeiro Eduardo Gomes, o Snsr. Jales Machado de Siqueira, eleito deputado federal e residindo fóra do Estado, abandonou à própria sorte os eleitores do partido que o elegeu, na época em que se fazia mais necessária uma constante assistência. Antonio Ramos Caiado se isolou em sua fazenda no município de Goiaz. Praticamente, a U. D. N. estadual havia desaparecido, de vez que seu próprio Presidente, sr. Domingos Velasco não se interessava pela sua sobrevivência. Entretanto, os pioneiros da U. D. N. continuavam firmes em seus postos, sujeitos às perseguições de todos os gêneros. Nessa ocasião, contavam os primitivos e autenticos udenistas, com auxilio moral do sr. Alfredo Nasser que para aquí se transferira-

VII — A IMPRENSA

—“O Anápolis” —

Desde os primeiros dias da campanha, o jornal “O Anápolis” sob a direção dos valentes jornalistas Arlindo Cardoso e José Asmar, havia se colocado inteiramente ao lado daqueles que lutavam pela redemocratização do Brasil, sob a bandeira de Eduardo Gomes.

É de justiça ressaltar que “O Anápolis”, mesmo nos dias negros da ditadura, representou um poderoso baluarte da resistencia contra toda a sorte de tiranias que imperavam na época.

O jornal de Arlindo Cardoso, era um inconformado dentro da ordem de cousas implantadas pelo Estado Novo. Suas colunas naqueles dias trágicos e tumultuosos esti-

veram sempre, intimoratamente, ao lado do povo, na defesa das causas justas e na crítica serena e intransigente dos atos daqueles que detinham o poder.

O "O Anápolis" conduziu e alimentou com abnegação, despreendimento e patriotismo toda campanha de Eduardo Gomes em Goiaz e se a U. D. N. não houvesse contado com seu precioso apôio não teria arregimentado os trinta e um mil goianos que votaram em sua legenda.

— "NORTE DE GOIAZ" —

Igualmente, com o mesmo destemor e desinterêsse, na singeleza de suas linhas, prestou um inestimável serviço entação brilhante do ex-congressista, dr. Francisco Aires e seu denodado filho, Milton Aires, em Pôrto Nacional desfaldava, através de suas páginas, a bandeira de redenção nacional, simbolizada na figura varonil do Brigadeiro da Libertação.

"Norte de Goiaz", dentro de sua modesta feição e na singeleza de suas linhas, prestou um inestimável serviço à causa da restauração democrática em nossa terra. Era uma voz isolada num grande deserto, cujas vibrações cívicas ecoaram pelas vastas regiões do norte goiano, levantando aquele povo martirizado e sempre esquecido.

Que as futuras gerações goianas saibam reconhecer o histórico e decisivo papel desempenhado por êsses dois paladinos da imprensa sertaneja, na luta pela reintegração no paiz, da ordem jurídica e constitucional.

"JORNAL DO POVO"

Fundado por Alfredo Nasser, Salomão de Faria e Antonio Lisboa Machado, surgiu então o "Jornal do Povo",

que, com uma campanha bem orientada, soergueu os animos abatidos, os eleitores esquecidos pelos representantes federais e pelo directorio do partido. Constituiu, sem dúvida alguma, o único sustentáculo da U. D. N. de Goiaz, no periodo que decorreu entre Maio e Agosto de 1946.

VIII — SEGUNDA CONVENÇÃO

Auxiliados por outros iniciamos uma ampla propaganda convocando os directorios municipais para a reestruturação do partido, no sentido de adaptação aos estatutos decretados na Convenção Nacional, de 20 de Maio de 1946. Por esse tempo, já se havia desligado definitivamente da U. D. N. o deputado Domingos Neto de Velasco.

Realizou-se a 15 de Agosto de 1946, em Goiânia, a segunda convenção. Seu exito foi marcante e assinalou uma época na história politica de Goiaz, com o triunfo pleno da democracia, revolucionando os métodos e processos da velha politica de caciquismo em que os candidatos saíam dos Gabinetes Governamentais ou dos bolsos dos Coroneis.

A imprensa local, por unanimidade, não poupou louvores, não regateou aplausos, à magnifica vitória alcançada pelo conclave. Daí em diante, os candidatos passariam a sair das urnas, em escrutinios honestos e secretos, segundo os principios estatutarios da U. D. N.

A Convenção proclãmou eleitos candidatos por grande maioria de votos, o sr. Alfredo Nasser para Governador do Estado e o sr. Cesar da Cunha Bastos para Senador Federal. Entre cincoenta e um concorrentes foram escolhidos trinta e cinco candidatos a deputados estaduais.

O sr. Jales Machado, que, ao iniciar os trabalhos,

havia feito uma exortação aos convencionais no sentido de, todos num compromisso de honra, se curvarem às decisões das urnas, foi o primeiro a se rebelar contra o resultado delas, constituindo a única nota dissonante do certame, provocando verdadeiro tumulto a que não faltaram veementes protestos dos presentes. Seu gesto anti-democrático se inspirou, estamos certos, no fato de não ter sido ele o eleito candidato, sinão o resultado das urnas seria certamente acatado. O povo da rua, o povo que trabalha e luta recebeu com demonstrações de grande simpatia e entusiasmo as candidaturas populares saídas da Convenção.

IX — INCONFORMISMO DE ALGUNS

Os derrotados da Convenção, constituídos em sua maioria de elementos oportunistas, infiltrados no partido, começaram a solapar as candidaturas. Os escolhidos foram marcados. Urgia destruir os efeitos salutareos da Convenção, e ela foi condenada por esse grupo insatisfeito em seus recalques e ambições inconfessáveis. Tramava-se contra a U. D. N. e seus principios, contra a moralidade e a decencia. Depois de lançadas ao povo aquelas candidaturas, procurava-se o seu congelamento. Verificou-se um indiferentismo premeditado. O sr. Antonio Ramos Caiado apresentou um pedido de renuncia ao Directorio Estadual e o sr. Jales Machado, retirando-se para o Rio, igualmente solicitou renuncia das funções de Presidente do Directorio. Enquanto isso, ia-se consumando, por esse grupo, a obra de sabotagem às candidaturas de Alfredo Nasser e Cesar Bastos.

Os quadros partidários, foram ampliados com a infiltração de muitos elementos não identificados com os principios defendidos pela U. D. N. Os paraquedistas to-

maram de assalto a direção do partido. Os quintas-colunistas: os camisas verdes, os recalcados políticos lançaram seus tentáculos sobre os órgãos direcionais do partido orientando-os ao sabor de seus interesses. O trabalho estava feito.

X — CRISE NO P. S. D.

Do outro lado, no P. S. D., um grupo se rebelava contra a orientação do sr. Pedro Ludovico que indicava aos seus correligionários o nome do sr. José Ludovico de Almeida para candidato à Governadoria do Estado. Alegava-se que o ex-interventor goiano impunha essa candidatura. Era a influencia moralizadora da Segunda Convenção da U. D. N.

Esse grupo queria também candidatos saídos de urnas e não de bolsos. Foi mantido o nome do sr. José Ludovico, e, em caso de sua inegibilidade o nome do sr. Tacianno de Melo. Daí, o surgimento da dissidência do PSD.

XI — A COLIGAÇÃO

Com esse evento retornaram às atividades partidárias os srs. Jales Machado e Antonio Ramos Caiado, secundados pelo sr. João Afonso Borges. O momento era propício para se derrubar de vez as candidaturas de Alfredo Nasser e Cesar Bastos e destruir para todo sempre os efeitos da democratica Convenção. Quais os argumentos que usavam? única e exclusivamente este: "a queda do sr. Pedro Ludovico."

Não se lhes importavam os principios; interessavam-se apenas pela substituição de uma ordem de cousas por outra. A troca de um homem por outro. Era o vêsgo ime-

diatismo politico em tórno de uma vingança e capricho pessoais. Já então monopolizavam inteiramente a direção partidária. Foram inuteis os esforços desenvolvidos pela corrente sadia da U. D. N., no sentido de evitar a derrocada de sua doutrina e a preservação de seus ideais moralizadores.

Forçaram os acontecimentos e surgiu uma comissão para negociar com dissidentes do PSD. A comissão não defendeu a posição e os interesses do partido e entregou-se aos braços da Dissidencia. Composta dos srs. Jales Machado, Antonio Ramos Caiado, João Afonso Borges, José Fleuri e José Hermano, com exceção do último, era o grupo inconformado com o resultado da Convenção de Agosto. A U. D. N. nada poderia esperar, manobrou-se no sentido de obter um resultado contrário ao da Convenção. Nas caladas da noite, pela madrugada a dentro, encenou-se o último ato da comédia. Os protagonistas, na depuração de uma lista de candidatos, estacaram-se frente a dois nomes: Lindolfo Louza e Coimbra Bueno. No ato final, ao cair do pano, saiu vitorioso o nome do atual governador.

XII — ATA DE ANÁPOLIS

Para selar as negociações lavrou-se entre os dois grupos a célebre "Ata de Anápolis", que nunca foi publicada, afim de que o eleitorado goiano conhecesse de seus termos. Submetida à apreciação dos membros do Diretorio Estadual, o segundo signatário dêste se rebelou contra os termos da mesma no que foi secundado por vários outros correligionários, dentre os quais, os Srs. Efraim de Moraes, Cesar Bastos, João Teixeira Alvares Junior e Salomão de Faria que, após declaração de voto, assinaram-na com restrição.

Através êsse documento se verifica o sofrêgo interesse da Comissão em apoiar os termos de um acordo que veio prejudicar tão a fundo a vida da U. D. N. Os interesses do partido não foram de maneira alguma acautelados. Transacionaram no escuro, sacando contra o futuro, de vez que a Dissidência não possuia organização partidária, sendo incerto e problemático seu contingente eleitoral.

Os ultieiores resultados das eleições confirmam sobejamente a pobreza eleitoral da Dissidencia; pois, dos 10 mil votos obtidos mais de seis mil foram subtraido à U. D. N., não computando os dos esquerdistas de Velasco.

Para a Dissidencia o negocio foi altamente vantajoso. Sem legenda partidária, na iminencia de se desmantelar pela descrença de uns e pelo temor de outros e constantemente acossada pelas lanças das hordas ludoviqueanas. Tudo indicava que ela teria vida efemera, já que apresentava visiveis sinais de decomposição. Mas, surgiu uma dádiva do céu, um "negócio da China", um grande partido organizado vinha trazer-lhe eleitorado próprio, com tradição de luta, tudo prontinho, tudo mastigado, era só engulir.

E a Dissidencia enguliu a U. D. N. Os improvisados embaixadores da U. D. N. foram os primeiros a fazer a oferta, propondo a retirada das candidaturas aceitas pela opinião pública em geral. Foram degoladas as candidaturas de governador e senador,, e acima de tudo, a obrigação dos futuros deputados udenistas votarem em um vice-governador e em um presidente da Assembléia, impostos pela Dissidencia.

Acresce ainda dizer que, não foram observadas as disposições estatutarias do partido que mandam ratificar em Convenção estadual e homologar pela direção nacional a

escolha de candidaturas, bem como os acordos inter-partidários. Apesar desses lamentáveis acontecimentos, nós e os demais udenistas, tudo fizemos e demos os melhores de nossos esforços pela vitória da candidatura Coimbra Bueno. Dias e noites a fio, percorrendo quasi todos os municípios e distritos do Estado, enfrentando toda a sorte de obstáculos, com sacrificio físico e economico para que lograssemos triunfo.

XIII — ELEIÇÕES DE 19 DE JANEIRO

Realizaram-se as eleições anunciadas. Devido à péssima orientação do partido que não proporcionou aos diretórios municipais a mínima assistencia, quer seja no tocante à articulação, quer seja no que se refere ao incentivo ao alistamento eleitoral e à expedição de instruções sobre o processo de execução do pleito, verificou-se verdadeiro assalto ao eleitorado udenista, por parte de elementos da Dissidencia que, de má fé, afirmavam não haver diferença alguma entre votar em um candidato da U. D. N. ou em outro da dissidencia.

A' direção do partido chegavam constantemente reclamações que, entretanto, não mereceram as necessárias providencias. A legenda da U. D. N., desta maneira, ficou prejudicada profundamente nas seguintes cidades: Anápolis, Luziânia, Corumbaíba, Itumbiára, Balisa, Pedro Afonso, Pôrto Nacional, Arraias, Corumbá, Pirenópolis e outras.

Eis, em números redondos, os resultados de tão malfadada direção:

Eleições de 2 de Dezembro de 1945 — 31.000 votos

Eleições de 19 de Janeiro de 1947 — 26.000 votos

Não obstante sua ineficiencia, a direção da U. D. N., durante a campanha e o pleito de 2 de Dezembro demonstrou maior atividade e maior zelo na defesa dos interesses partidários.

Na última campanha, os diretorios municipais, abandonados e entregues à própria sorte, ainda fizeram muito, conseguindo a expressiva soma de 26 mil votos. Somente e tão somente o arraigado espirito udenista conservou acesa a chama idealista de redemocratização alimentada por Eduardo Gomes. Catastrofica e perniciososa tem sido, para a sobrevivencia da U. D. N., a sua atual direção partidária. De transigência em transigência, de recuo em recuo, observa-se um completo desmoronamento nas hostes udenistas, agravado pelo desânimo de uns e pelo desprestigio que sofrem outros. Em que pesem o protesto e as continuas queixas que fazem vozes isoladas dentro do Directorio, vozes essas que se perdem no vácuo de quatro paredes da séde partidária, continúa o descaso e o desamor pelas cousas da U. D. N., na premeditada inercia de seus mentores.

Com possibilidades de ter sido o partido majoritário elegeu somente dez deputados, sendo apenas oito declaradamente udenistas. Para a U. D. N. o resultado das eleições de 19 de Janeiro redundou em doloroso fracasso.

XIV — DERROTADOS OS VELHOS POLÍTICOS

Se por um lado obteve-se aritmeticamente uma derrota eleitoral, por outro, assinalou-se uma grande vitória: a morte do coronelismo e a derrota dos velhos politicos. Antonio Ramos Caiado, Nero de Macêdo, João d'Abreu, Jales Machado, Câmara Filho, Hermogenes Coelho, Albatenio de Godoy, Claro Godoy, não conseguiram eleger

seus pupilos — seus candidatos.

Municípios, como Buriti Alegre, Ipameri, Morrinhos, Peixe, Pôrto Nacional, Jataí, que nas eleições de 2 de Dezembro deram à U. D. N. um significativo quociente eleitoral, em 19 de Janeiro, experimentaram uns fragorosa derrota e outros ridicula vitória. Convém destacar que no município de Buriti Alegre, onde em Dezembro de 45, a U. D. N. obteve um notável saldo eleitoral a seu favor, pode-se afirmar ter o partido de Eduardo Gomes sido ali moralmente derrotado no último pleito.

Nos prelios eleitorais passados caracterizou-se a evolução do eleitorado goiano quando repeliu nas urnas os velhos políticos e os coroneis. —

XV — GOVERNO COIMBRA BUENO

Com a ascensão de Coimbra Bueno ao poder, uma notável aura de esperança dominou o povo goiano. Nunca em nossa terra um homem público deteve tanto crédito de confiança, concedido por um povo que ressurgia da noite tenebrosa do Estado Novo. Antevia-se uma era de paz, de liberdade, de progresso e de democracia. O povo assistiu esperançado às solenidades apoteóticas com que se revestiu a posse do Governador escolhido.

Mas, triste desilusão!. . Mal sabia o povo que a uma velha ordem de cousas sucedia-se outra pior. Registrou-se somente a troca de um homem por outro.

Este homem que encarnou, por algum tempo, o espirito de redenção de um povo e as suas mais sentidas aspirações, não vem correspondendo à expectativa geral. Já no primeiro dia de seu governo Coimbra Bueno concretizava a intenção de não cumprir o que, em praça pública,

havia prometido. Abandonando os que o elegeram nas vésperas, praticou seu primeiro ato de felonía, quando encetou demarches no sentido de reestruturar o PSD, somente com uma restrição: a exclusão do sr. Pedro Ludovico. E, essa intenção perdura, que o digam o sr. Nereu Ramos e outros proceres do PSD daqui e da Capital Federal. Ela só não se realizou devido ao desinteresse e ao repúdio dos mentores do partido majoritário.

Outras perfídias viriam, senão vejamos...

X VI — O SECRETARIADO

Repellido nas urnas, o grupo inconformado da Convenção de Agosto subiu as escadarias do Palácio e tomou assento no Poder. Não tendo o apóio popular, os velhos políticos derrotados, por meio de manobras, tendo a lhes garantir a retaguarda, o prestígio dos financiadores da campanha Coimbra Bueno, collocaram seus prepostos nas Secretarias de Estado.

Jales Machado e Ronan Borges indicavam o sobrinho do último, sr. João Afonso Borges, para a Secretaria de Justiça e Segurança Pública. O grupo financeiro de Achilles de Pina apontava o banqueiro Benedito Batista de Abreu para a Secretaria da Fazenda; o Cel. Hermogenes Coelho conseguia que o dr. Hélio Seixo de Brito fosse para a Secretaria de Educação e Saúde; o grupo Nero Macêdo — Claro Godoy impunha o "impopular" diretor de "O Popular", sr. Câmara Filho, para a Secretaria de Economia.

Por um momento o povo quedou-se pasmado. Aquele povo que se rejubilava de entusiasmo não teve para com o novo Secretariado um gesto de louvor, um movimento de aplauso. Lavrou-se o segundo fracasso com que o sr. Coimbra

Bueno inaugurava seu governo. O povo retraiu-se e ficou à espreita. Outros fracassos viriam depois...

XVII — ADMINISTRAÇÃO INCONSEQUENTE

Parece, que, com o sr. Coimbra Bueno, continuou e agravou-se o regime de irresponsabilidade em que nos achávamos. Ao invés de pôr em execução um sério programa de soergimento economico, o atual Governador abandona constantemente seu pôsto em viagens com finalidades que não convencem, sinão ao pior cêgo. Dentro de uma atividade desordenada desenvolve o sr. Coimbra Bueno planos fantásticos e irrealizáveis, como se fôsse ao mundo da lua buscar soluções apressadas para problemas que demandam acurado estudo e folgados recursos financeiros.

Adotando os métodos característicos das ditaduras que procuram narcotizar a opinião pública e desviá-la para a contemplação de miragens que desaparecem ao sôpro da realidade, o sr. Bueno, procura encobrir sua incapacidade administrativa solucionando em conversas: a navegação do Tocantins; a interiorização da Capital Federal; a instalação de rotas aéreas; o prolongamento da Estrada de Ferro Goiaz; o avanço da Transbasiiana; a criação de Postos Agro-pecuários; a redenção da pecuária com a importação de um produto desvalorizado — os célebres tourinhos VR; a suntuosa formação de cidades balneárias; a instalação de fábricas de cimento e de sacos nos bairros de Botafôgo e Vila Nova; a "moagem de farinha" da Chapada dos Veadeiros; o aproveitamento do níquel de S. José do Tocantins para "os paulistas fazerem suas ferramentas", enfim, mil outras fantazias mirabolantes.

Enquanto isso, o Estado cada vez mais se aprofunda na insolvabilidade, em vertiginosa corrida para a bancarrota. O desequilíbrio orçamentário atinge às raias do impossível. Verticalmente a receita cai e a despesa cresce.

O governador dispõe da coisa pública como se fosse de sua particular propriedade. Além dos célebres tourinhos VR, compra aviões, automóveis, estradas inúteis, arrenda fazendas, contrata pessoal, sem as necessárias autorizações legais e dotações orçamentárias. Nada convence ao sr. Coimbra Bueno que há grande diferença entre ser Governador e ser Interventor, em administrar a coisa pública e a coisa própria. —

Todos esses atos administrativos importam em crime de responsabilidade, previstos na Constituição em vigor.

XVIII — ELEIÇÕES SUPLEMENTARES

Em consequência da anulação de diversas seções eleitorais no Estado, realizaram-se a 13 de Abril do corrente ano as eleições suplementares.

Mister se faz denunciar à opinião pública mais uma grave infração aos Estatutos e Programa da U. D. N. cometida pela direção estadual do partido. O diretório fez distribuir uma circular na qual recomendava aos diretores e autoridades dos municípios em que se realizariam as suplementares, exigindo que fossem sufragados somente três candidatos, um dos quais estranho ao partido. Medida injusta, desleal e anti-democrática, porque estabelecia uma odiosa preferência, prejudicando a fundo os suplentes da chapa ude-nista aos quais assistia o direito de disputar as eleições. Medida anti-democrática e atentatória à lei eleitoral.

quando consagra o direito dos eleitores escolherem seus candidatos. Desleal, quando impossibilitou formalmente que os primeiros suplentes a deputado estadual, Salomão de Faria e Luiz Angelo Milazo e outros, batalhadores incansáveis do partido desde seus primeiros dias, usassem de um direito legitimamente reconhecido, — o de trabalhar pela vitória de seus nomes.

Injusta e facista quando sob o pretexto de indisciplina partidária coagiu expressamente os desprevenidos eleitores do interior, obrigando-os a votarem em candidatos impostos e desconhecidos, com a agravante de alguns deles pertencerem a partidos de princípios e formação antagonicos ao nosso.

Snr. Coimbra Bueno não ficou alheio à disputa eleitoral. Aliás, participou ativamente dela. Escreveu cartas e enviou emissários ao norte e à Iporá. Seu Diretor das Municipalidades operou como cabo eleitoral em uma secção de Uruassú. Desfeita está, a balela de que o Governador é apolitico: Ao contrário, S. Excia. é politico e adota aqueles velhos métodos que imperavam antes da revolução de 1930. O antigo proconsul do Estado daquela época, vem dando preciosas lições, com toda autoridade de sua longa experiência. Sem a vocação de profeta, teremos a reprodução de tudo isto nas futuras eleições municipais. Que se previna o eleitorado livre de nossa terra. —

XIX — LUTA NA CONSTITUINTE

Coerentes com nossos principios de pugnar pela instauração de um governo de responsabilidade, um regime de opinião, batemo-nos pela adoção do parlamentarismo. Tudo fizemos pela vitória da idéia. Só atenuamos o entusiasmo que nos guiava depois de discutida pelos Tribunais

a inconstitucionalidade do sistema.

Defendemos com ardor a criação de um órgão destinado a acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária, bem como julgar as contas dos responsáveis por dinheiro e outros bens públicos. Órgão êste que viria assegurar a eficiencia de tomada de contas da pública administração, defendendo dest'arte o erario estadual. Pugnamos pela criação do Tribunal de Contas. Forças poderosas impediram sua instalação imediata.

Defendemos a autonomia da Capital e sustentamos, com exceção do primeiro signatário, a autonomia de Caldas Novas.

Tivemos a iniciativa de estabelecer normas proibitivas ao Governador e ao seu substituto de nomear parentes para qualquer cargo público e celebrar com os mesmos contrátos e transações em nome do Estado.

Acabamos com a industria da multa e juntamente com outros extinguímos as vendas de cartorios. Propugnamos pela elevação do padrão de vida dos magistrados e dos funcionários públicos.

Tivemos especial interesse pelo problema da terra na luta contra o latifundio. A readmissão e a reintegração de funcionários, exonerados em consequencia de persi-guições politicas ou vítimas do 177, foram por nós vee-mente amparadas. Enfim, todas as reivindicações do povo que constitui ponto alto do programa da U. D. N. foram objeto de nossas pelejas. A bem da justiça e da verdade, cumpre-nos declarar de público que nem sempre pudemos contar com a efetiva colaboração de nossos companheiros de bancada, sendo certo, vezes houve em que a nós se opu-zeram, em flagrante atentado ao programa do partido. Estamos, pois, com a consciencia tranquila por ter cum-

prido o dever no desempenho exato do mandato que o povo goiano nos conferiu.

XX — REUNIÕES EM PALÁCIO

Constantemente a bancada da Coligação era convocada para receber instruções do Poder Executivo e acatar suas ordens. Nessas reuniões o chefe do Executivo e seus acólitos exigiam dos deputados a aprovação de medidas anti-democráticas que de perto lhes interessavam. Assim, foi exigido que Goiânia e Caldas Novas não tivessem autonomia; que o Tribunal de Contas não fosse criado; que o período da sessão legislativa fosse o menor possível; que não se readmitissem as vítimas de perseguições políticas e do malfadado artigo 177, e na última hipótese ficassem dubiamente amparados seus direitos; que não se amparasse a sorte da magistratura, do magistério, da policia e do funcionalismo em geral; que não se efetivassem de logo as medidas de amparo ao expedicionário goiano; que se suprimissem os dispositivos que no Projeto Constitucional estabeleciam a obrigação do governo construir estradas no norte do Estado; ordenou se retirassem todas aquelas normas constitucionais que objetivassem um governo de responsabilidade; determinou-se a preservação de vários departamentos inúteis e onerosos e etc. É doloroso confessar que a essas exigencias os deputados responderam: sim, com exceção dos signatários que eram os únicos a dizer: não!

XXI — ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

O Ato bojudado das Disposições Transitórias já havia sido discutido e votado, encerrando-se definitivamente to-

das as votações do Projeto Constitucional. Igualmente havia sido aprovada em última discussão a emenda nº 342, segundo a qual não existiria o cargo de Vice-Governador no atual quatriênio. Os trabalhos da Constituinte estavam na fase da redação final em que, regular e legalmente, não se podia apresentar qualquer emenda a não ser reclamações relativas a omissões, erros e contradições, na conformidade do que dispõe o Regimento Interno da Constituinte, art. 38 § 1º.

Como sempre, o Governador convocou os deputados para uma reunião em Palácio e exigiu que se resgasse o Regimento Interno, afim de que fossem consignadas várias emendas de interesse privado e de cunho político, dentre as quais a de criação do cargo de Vice-Governador por eleição indireta, em flagrante desrespeito ao artigo oitavo do Programa da U. D. N. que estabelece sufrágio direto e secreto para todas as eleições.

É mister salientar o espirito profundamente amoral da emenda n. 336 que autorizava o Estado adquirir dez mil fourinhos para serem vendidos aos criadores nortenses e a doação de um reprodutor a todo fazendeiro que possuísse no mínimo cinquenta rezes; emenda essa, em boa hora, retirada pelo autor.

Efetivou-se mais uma transgressão ao Programa da U. D. N., em seu artigo doze, com a aprovação da emenda 143 pela qual foi degolada a autonomia da estância hidro-mineral de Caldas Novas, cujo direito de ser livre foi vigorosamente defendido pelo segundo signatário dêste. Diga-se de paságem que, extemporaneamente, foi apresentada u'a emenda por um deputado da legenda udenista, em acôrdo com um pessedista, objetivando o retalhamento dos municipios de Itumbiara e de Morrinhos. A

emenda nº. 345, atual artigo 56 das Disposições Transitórias, exigida pelo Executivo, é uma legitima aberração jurídica, evidentemente inconstitucional, pois, delega poderes ao Governador para exercer funções legislativas no tocante aos municípios.

Muitas e muitas vezes assistimos contristados e revoltados à violação do Regimento Interno e profanação do Programa da U. D. N. que a nós e outros cumpria defender intransigentemente, de vez que é fundamento básico do partido — "a restauração do principio intransigente da legalidade das relações públicas e privadas." (art. 14 do Programa da U. D. N.)

XXII — ELEIÇÃO DO VICE GOVERNADOR

Conforme anteriormente fôra dito, não haveria o cargo de Vice-Governador no atual quadriênio, sendo que suas funções seriam exercidas pelo Presidente da Assembléia. Mas, o "compadre" do Governador, sr. Achilles de Pina, chefe da Dissidência exigiu do sr. Coimbra, a imediata criação do cargo de Vice-Governador, custasse o que custasse e que por todos os meios fizesse com que os deputados votassem em o nome do sr. Hosannah Guimarães. Daí por diante realizaram-se sucessivas reuniões em Palácio, para consecução do objetivo em apreço: criar o cargo de qualquer maneira e eleger, por qualquer forma, o dr. Hosannah.

Um a um, foram ouvidos os deputados e dêles obtida o formal compromisso de votar no candidato do Governador. Desde o inicio nos opuzemos a tal candidatura, batendo-nos pela escolha de outros elementos da Dissidência. Debalde foram nossos esforços no propósito de se evitar a imposição de candidatos. O sr. Coimbra Bueno,

apesar de sua propalada conduta apolítica, de governar acima de injunções partidárias, se transformou em "manager" da candidatura Hozanah. Dava gosto vê-lo transformado em cabo eleitoral no afan de angariar votos para seu "preferido", e desempenhou a contento com toda a autoridade de seu cargo a triste missão, mobilizando, de um momento para outro, sua máquina oficial. . . Ele e seu secretariado desceram aparatosamente do Palácio para disputar na "planície", em campo raso, com superioridade de armas, os votos dos deputados goianos.

Mais uma vez, intransigentes na defesa do partido e na defesa da independência do Legislativo, resistimos a todos os oferecimentos e até veladas coações. Estávamos agora dispostos a votar em candidatos do U. D. N. Nesse propósito desenvolvemos ingente trabalho. Prevendo a extremação de lutas partidárias que poderiam prejudicar os elevados interesses da coletividade, secundados por outros, propuzemos, então, que em u'a mesa redonda, fosse efetuada uma sessão secreta em que se discutiria a possibilidade de se escolher um candidato que reunisse as simpatias gerais da Assembléia. Queríamos a união para evitar lutas. Aguardávamos fóra do Edifício a marcha dos acontecimentos.

Enquanto se processavam as conversações naquele sentido, o Governador do Estado, num gesto anti-democrático e que caracteriza seu espirito ditatorial, ferindo flagrantemente a independência do Poder Legislativo, coagindo publicamente um membro dêsse Poder, levou-o pelo braço até às portas da Assembléia para que êle votasse. Nada mais restava fazer. Estava apunhalada a democracia, comprometido um governo, desmoralizado um Poder! Era inútil lutar contra toda u'a máquina governa-

mental. Os métodos de compreensão eleitoral ali se exibiam em edição revista, melhorada, ampliada e ilustrada, fazendo inveja ao passado.

Aliás, dando lições aos políticos da velha guarda e transmitindo o ignominioso exemplo às gerações futuras.

Carece mais uma vez ficar dito que nos foram oferecidos as mais sedutoras propostas, as mais tentadoras compensações afim de que recuassemos de nosso ponto de vista para sufragar o nome do candidato imposto. Preferíamos cair, mas, cair de pé, a transigir e viver de joelhos!

Pela noite a dentro processou-se na Assembléia a ridícula e ilícita comédia. Por u'a mesa incompetente, sem as formalidades substanciais, no avançado da hora, sob intensa e direta coação do Poder Executivo, com flagrante desrespeito ao dispositivo constitucional que, pela ordem, estabeleceu primeiramente a eleição da Mesa e com expressão violação do Regimento Interno, realizou-se, com presença de dezessete deputados, um simúlacro de eleição.

Dizem as crônicas que, de tal clandestinidade, havia saído eleito um Vice-Governador. Mais que depressa encerraram a sessão, contra o Regimento redigiram u'a ata, aprovando-a imediatamente. Tudo às pressas, com o nervosismo de quem pratica um delito, com rapidez, para evitar o rastro e descarregar de logo a consciencia.

Consumado a farsa, as bacanais da vitória se arremataram em Palácio. Os fantasmas, os vampiros, os duêndes, nêsse momento, povoam a terra. A hora era propicia aos crimes...

XXIII — ELEIÇÃO DA MESA

No dia seguinte, verificou-se a eleição da Mesa da

Assembléia. A bancada da Coligação foi se retirando aos poucos do plenário para não dar número regimental a se iniciar a votação. Carregou-se de novo o ambiente. Os ânimos foram progressivamente se agitando.

Fieis aos principios de união parlamentar que nas vespers defendiamos, batalhamos pela escolha de um candidato acatado pela unanimidade da casa.. Depois de demorados entendimentos chegou-se a um térmo satisfatório. Fez-se uma chapa única integrada por todas as correntes. A votação dessa chapa decorreu em um ambiente de civismo, de compreensão e de harmonia, em completo contraste com a farsa eleitoral do dia anterior. A doutrina de coesão que defendiamos foi plenamente vitoriosa nessa eleição.

De outra maneira não poderíamos encarar a situação. Somente uma boa vontade parlamentar concretizada em um programa de união levaria a bom termo os trabalhos legislativos. Goiaz precisa de paz, harmonia e tranquilidade, trabalho perseverante e unido para vencer a crise economica e social que vem solapando as bases de sua precária estrutura. Daí o nosso intransigente interesse em constituir uma chapa unica de Vice Governador. No primeiro embate não obtivemos exito. No segundo, lavramos um tento.

Quando toda a Assembléia estava sob o efeito salutar de um ambiente de paz e concordia, um novo golpe surgiu. Queriam empossar o pretense Vice-Governador, que diziam eleitos. Fizemos de público as declarações desligando-nos da Coligação e rompendo com a atual direção estadual da U. D. N. Em seguida, mostramos que, como legitima udenistas, não podiamos acobertar uma série de imoralidades que vinham sendo praticadas no governo Coimbra

Bueno, culminadas pela sua intromissão acintosa e indebita na chama da eleição do Vice-Governador. Mostramos e provamos que todos aqueles fatos dolorosos atentavam flagrantemente contra os preceitos estatuidos no Programa nacional da U.D.N. Fizemos consignar em áta o nosso veemente protesto e nos retiramos do recinto. —

Continuamos no partido, subordinados diretamente ao Diretório nacional.

E na Assembléia constituimos a bancada Independente da U. D. N.

XXIV — PARA QUE A U. D. N. RETORNE AO SEU GRANDE DESTINO

Com a eleição de Coimbra Bueno, a U. D. N. parou no Palácio das Esmeraldas. Querem transformá-la nessa cousa inócua, informe e vasia que se chama Partido do Governo. Não! A U. D. N. tem uma grande missão a cumprir. Ela não pode parar nas ante-câmaras dos palácios porque seria a sua própria destruição. Seu caminho é outro. Os governos passam. A U. D. N. deve ficar. O poder é efêmero. Os principios udenistas são eternos. Coloquemos a U. D. N. em seu verdadeiro caminho. A estreita e empírica compreensão de partido preconizada pelo atual Secretário de Justiça nada mais é do que a volta à velha forma das duas correntes: partido do governo e da opposição. Despersonalizando a U. D. N. êle quer a viva força transformá-la em um órgão de ação inoperante e demasiadamente inutil, como seja um "Partido do Coimbra." A U. D. N. não é isto. E, sim como diz Virgilio de Melo Franco: "Devemos caminhar agora justamente para a estratificação partidária, para a discussão dos programas, para a definição das

idéias, para o debate permanente. Não somos, a rigor, um partido de idéias, mas um partido de ideais. Não nos reunimos em torno de uma teoria, mas em redor de certos princípios. Realizados certos pontos do nosso programa surgirão novos problemas e novas soluções, mas o partido continuará. E a grande campanha de que emergimos não terá sido estéril se, além do reinício do jogo das instituições democráticas, tiver dado ao país o grande "partido de centro inclinado para a esquerda", em que Roosevelt sintetizava seu idealismo político."

E parafraseando Rafael Corrêa de Oliveira: "Mas a U. D. N. não é isco. Não é o espírito cansado de homens que encaram os problemas transcendentais do Estado com a mesma visão provinciana com que o governo procura salvá-lo na compra de tourinhos VR ou redmí-lo junto aos incautos na imediata solução da navegação do Tocantins."

"A U. D. N. é cousa muito séria. Não há negar, dentro da U. D. N., existe muita gente pensando apenas no imediatismo de vantagens decorrente de uma fácil escalada às posições oficiais. Há até gente que ainda apela para a polícia como elemento hábil de defesa da democracia, numa regressão de duas décadas...."

Lançamos um veemente apêlo aos udenistas de Goiás para que nos ajudem soerguer o espírito udenista atualmente deturpado pela infiltração no partido de elementos oportunistas e anti-democráticos que vêm transformando-o em instrumento de perseguição, em um veículo dócil aos manejos da ala governista que divergiu do PSD.

"Levanta-te e caminha U. D. N."

"Estamos enfrentando uma árdua tarefa que consiste no fortalecimento da democracia brasileira, cujos inimigos

ai estão conspirando intensamente. Nessa batalha da intelligencia contra o obscurantismo não podemos prescindir das poderosas razões morais que tornam os homens e os partidos fortes e respeitáveis." Nossa tarefa imediata é tornar a U. D. N. forte e respeitada, uma instituição modelo suficientemente capaz de abrigar todos os goianos bem intencionados e interessados na preservação e aperfeiçoamento da democracia e na reforma dos costumes politicos e administrativos. Tornar a U. D. N. um partido com profundas raizes nas massas, tão sensível às aspirações populares, de tal maneira organizado, qual poderosa força de opinião, para que possa orientar os governos na realização completa de suas precipuas finalidades.

"Decepcionados, embora, com o atual governo, cumpre-nos continuar na luta. Com êste alto propósito, devemos conjugar nossas forças para concretizar nosso comum sentimento: o ideal de ser livre para criar um mundo melhor e mais justo."

Para que a U. D. N. continue, apresentamos aos ude-nistas goianos os seguintes pontos:

1º — Convocação imediata de uma convenção extraordinária, nos termos do inciso 2 do artigo 19 do Estatuto Nacional da U. D. N. para estudar asseguintes sugestões:

- a) — substituição da atual direção estadual;
- b) — exame de nossa conduta cujas razões se acham expendidas neste manifesto;
- c) — residencia obrigatoria em Goiânia do presidente do partido;

2º — Reestruturação do partido que envolva;

- a) — direito de votar e ser votado para cargo de

direção;

b) — fiel observancia do programa e dos Estatutos do partido;

c) — constante e eficiente assistencia aos diretórios municipais;

d) — exame de acordos inter-partidários feitos ou em andamento pelos diretórios municipais referentes ao próximo pleito;

3º — Eximir a U. D. N. de qualquer responsabilidade na atual administração governamental;

4º — Combater a exoneração e a perseguição de funcionários públicos por motivos políticos;

5º — Incorporar á vida do partido os vinte e seis mil eleitores que votaram nas chapas parlamentares em 19 de Janeiro, mediante:

a) — desenvolvimento do serviço de arregimentação partidária, com a efetivação de cadastro em que serão fichados os seus membros ativos.

b) — arrecadação de contribuição voluntária, fixada pelo próprio associado ao se inscrever;

c) — unificação da receita arrecadada e centralização de sua distribuição orçamentária;

d) — comunicação periodica das atividades dos diretórios municipais;

e) — efetiva criação de departamentos trabalhistas e rurais em todas as cidades e povoações;

6º — Plano sistematizado de divulgação e debates públicos do Programa da U. D. N.

7º — Organizar uma comissão parlamentar com os objetivos de:

a) — percorrer o interior do Estado no serviço de reestruturação dos diretorios municipais.

b) — auscultar direta e pessoalmente o povo sôbre suas necessidades;

c) — estudo, planejamento, trabalho efetivo e continuado, no sentido de resolver os problemas de caráter local;

d) — fazer estudo geral dos problemas do Estado mediante inquéritos conduzidos através os diretórios municipais e setores trabalhistas-rurais;

São estas, pois, as soluções que propomos para o levantamento da União Democrática Nacional de Goiaz para que o glorioso partido dêse campeão da democracia, que é Eduardo Gomes, retorne ao seu elevado destino.

Entregamos aos nossos sinceros correligionários o exame de nossos propósitos.

XXV — CONCLUSÃO

Com a orientação autal indubitavelmente a U. D. N. caminha para a sepultura. Seus mentores só exigem cumprimentos de obrigações quando êsses redundam em prejuizo para o partido. Uma direção errada não deve ser obedecida, eis porque nos rebelamos contra ela. E, quando assim procedemos foi para resguardar o partido, os seus principios, o seu Estatuto, em suma, o seu Programa. Temos a coragem de dizer que encarnamos nêste momento o verdadeiro e legitimo espirito udenista. O partido não é a direção, mas, sim dezenas de milhares de votantes que estão hoje desamparados e desiludidos. Voltamos a estaca zéro, com o mesmo desassombro, com a mesma coragem

cívica que nos guiaram nas memoráveis lutas da campanha de libertação nacional. As ovelhas estão desgarradas, nossa tarefa é ajuntá-las novamente.

Sem dúvida, elegemos um Governador inepto sem qualquer compreensão política, com ação perniciosa e desagregadora sobre as organizações partidárias que o levaram à curúl presidencial.

Sobejamente notórias são as suas leviandades em espalhar promessas para não serem cumpridas. A crise de confiança continúa, urge reerguer o moral do povo que já não crê em promessas. São tantos os desenganos e as decepções que os governantes estão desmoralizados perante a opinião pública. Sobram razões àqueles que assim pensam. Os fatos aí estão eloquentemente comprovados.

O sr. Coimbra Bueno nada pode fazer em cumprimento daquilo que em plataforma prometeu, visto que se acha tolhido, preso e acorrentado a um grupo de banqueiros vorazes que vêm imprimindo nefasta influencia em sua administração. Daí, a necessidade de uma pregação cívica, tão vigorosa, tão profundamente patriótica, como foi aquela que libertou o Brasil do Estado Novo.

Surge uma oligarquia financeira de consequências imprevisíveis, tão funesta, sinão pior que as familiocracias que dominaram o Estado.

Dentre os superiores motivos que nos levaram a desligar da Coligação e romper com a direção da U. D. N. estadual, destacamos os seguintes:

1º — A direção local da U. D. N. se divorciou dos principios básicos do partido, conduzindo-o ao desprestígio e à desmoralização;

2º — Não defende a posição do partido junto ao Go-

- verno, contribuindo para a hegemonia da Dissidência;
- 3º — Passividade e mesmo conivência aos desmandos e arbitrariedade do governo Coimbra Bueno.
- 4º — Subserviência às imposições dos chefes coligados;
- 5º — O desamparo aos correligionários do interior e negligência voluntária a todos os assuntos vitais do partido;
- 6º — absolutismo da Secretaria em suas deliberações;
- 7º — Desorganização interna e externa;
- 8º — O menosprezo ao cumprimento das raras decisões da Comissão Executiva e desconsideração às providências solicitadas pelos diretórios municipais;
- 9º — A premeditada ação de desprestígio aos pioneiros da U. D. N. no sentido de eliminá-los;
- 10º — Destruição das conquistas democráticas alcançadas pela Convenção Estadual de Agosto de 1946 com a restauração de velhos métodos políticos.
- 11º — A despersonalização da U. D. N. objetivada no interesse de fundi-la com a Dissidência do PSD.
- 12º — Cumplicidade na série de medidas anti-democráticas e ilegais levadas a efeito depois de concluídas todas as votações do Projeto da Constituição.
- 13º — Atitude reacionária de anuência e auxílio à imposição de um candidato a Vice-Governador; estranho ao quadro partidário, sob o falso pretexto de cumprir um acordo já perempto por sua natureza anti-democrática, acordo esse que não foi referendado em Convenção e nem homologado pela direção nacional do partido.
- 14º — Direta e insistente participação no escuso pro-

cesso adotado na eleição do Vice-Governador.

Resumindo êste manifesto nos quatorze pontos acima, convencidos estamos que nossa conduta fica plenamente justificada.

Com a consciencia tranquila de haver cumprido um dever, nos apresentamos ao Tribunal Popular. O povo e os udenistas em geral que nos julguem!

Goiânia, 1º de Agosto de 1947

Willmar Guimarães

Felix de Moura



